

IMIGRAÇÃO JAPONESA: MONTE ALEGRE DO PARÁ – 1950 - 1960

TATSUO ISHIZU*

Na década de cinquenta, Monte Alegre no Estado do Pará foi o cenário da experiência de colonização japonesa. De 1953 a 1955, cerca de 810 imigrantes, de 126 famílias fundaram o núcleo de colonização no município. A área ocupada por esses colonos era a mesma que pertencera à antiga Companhia Nipônica de Plantações do Brasil S.A. que tentou colonizar na década de 1930, e ocupava uma área de 465.000 mil hectares. Na sua fundação, a colônia japonesa de Monte Alegre possuía dois núcleos, denominados Açaizal e Dois Galhos. O primeiro ficava situado a 30 quilômetros da sede do município, e o segundo, a 40 quilômetros do mesmo referencial. Em Açaizal, viviam cerca de 67 famílias de colonos, cada uma delas, ocupando lotes com tamanho equivalente a 300 metros de frente e um quilômetro de fundo. As 55 famílias de imigrantes de Dois Galhos ocupavam lotes de dimensões maiores. Neste, cada família ocupava lote de 500 metros de frente e dois quilômetros de fundo. Quanto à distribuição dos lotes, o critério utilizado foi o de sorteio. Mais tarde, além do Açaizal e Dois Galhos, surgiu um terceiro núcleo de povoamento que se denominou Açucena. Este resultou do deslocamento de 16 famílias de Açaizal e o novo núcleo estava situado na altura do quilômetro 33. Desse modo, geograficamente, na colônia japonesa de Monte Alegre, os colonos não se encontravam reunidos em um único espaço. Estavam divididos em três núcleos distintos de povoamento, situados dentro do limite de 465.000 mil hectares, separados um do outro pela floresta, mas interligados pela estrada.

A estrada da Mulata que possuía cerca de 60 quilômetros de extensão era a única e principal via de acesso entre a colônia e a sede do município. Desse referencial, a mencionada estrada estendia-se na direção do Nordeste. A colônia ficava situada na parte final dessa estrada, entre o quilômetro 30 e 60. O seu nome era Mulata porque foi construída pelos imigrantes de 1929 que a fundaram e também era chamada como Estrada do Japonês. Quando a colônia de Dois Galhos foi fundada, em 1955, uma

* Docente da Universidade Federal do Pará/Escola de Aplicação. Mestre em História Social da Amazônia, UFPA/PA.

estrada de 20 quilômetros foi construída a partir de Mulata. Nessa época, a antiga estrada passou a ser conhecida como estrada de Dois Galhos.

Salienta-se que as 126 famílias de colonos não desembarcaram em um grupo do trapiche da cidade de Monte Alegre. Elas chegaram em quatro grupos e em épocas diferentes, como pode-se observar no quadro a seguir, o qual mostra o número de famílias e de pessoas na ordem de chegada e de colônias que foram assentadas. As três famílias que aparecem no quadro vieram de Belterra separada das 55 que foram remanejados em maio de 1955. Os dois números finais do quadro correspondem aos funcionários do Kotaro Tsuji, agenciador da imigração. Um deles era Kouji Ueno que já residia em Monte Alegre, desde 1931. O outro é Kumekichi Ishiguro, remanescentes da colônia de Parintins, que veio transferido de Óbidos em agosto de 1953 para auxiliar o primeiro na obra de infra-estrutura.

Quadro 1: Número de imigrantes japoneses de Monte Alegre

ANO	NÚCLEO COLONIAL	NÚMERO	
		FAMÍLIA	PESSOA
07/09/1953	AÇAIZAL	23	160
12/07/1954	AÇAIZAL	20	120
08/11/1954	AÇAIZAL	23	146
Maio/1955	DOIS GALHOS	55	358
Abril/1955	DOIS GALHOS	3	24
Agosto/1953	AÇAIZAL	1	1
19/07/1931	MENEJÓ	1	1
TOTAL		126	810

Fonte: UENO, “Jibun Shi” – autobiografia –, Monte Alegre/PA, 2002, pp.16-19

Em Açaizal, assentaram as famílias que chegaram nas três primeiras levas, entre setembro de 1953 a novembro de 1954. Dois Galhos foi formada pelas famílias que vieram remanejadas de Fordlândia e de Belterra, Distritos de Santarém. As 55 famílias que fundaram a Colônia de Dois Galhos vieram expulsas de Fordlândia e Belterra. Elas haviam chegado ao porto da capital paraense em 6 de abril de 1955, com contrato de cinco anos de trabalho assalariado nessas fazendas. Entretanto, em Belém, foram notificadas pela Companhia de Desenvolvimento Econômico da Amazônia, agência local de imigração, uma vez que não poderiam seguir até o destino previsto porque os imigrantes japoneses daquelas fazendas haviam acabado de receber determinações do ministro da Agricultura, no sentido de imediata debandada do local.

Ao serem notificados do fato, os imigrantes permaneceram durante três dias a bordo do Amerika Maru, transatlântico com o qual haviam singrado os mares e que se encontrava em ferro na baía do Guajará na capital paraense. Depois de muita discussão, decidiram dirigir-se ao destino previsto, e lá tomar alguma resolução.

Cumprе ressaltar que a mãe deste pesquisador fazia parte desse grupo de imigrantes e escreveu em seu diário que o momento foi de grande apreensão, pois não havia como repatriar novamente. Ela nasceu em Manchúria, em 1918. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, foi para o Japão sendo acolhida pelos familiares do seu pai, da Província de Yamaguchi. No país destruído pela guerra, os nove anos que lá viveu foi de grande dificuldade. Foi nesse quadro que, ao tomar conhecimento que a prefeitura da província estava recrutando imigrantes para o Brasil, decidiu inscrever-se. O quadro 2, demonstra a quantidade de famílias e pessoas que foram introduzidas em Fordlândia e Belterra em três grupos, entre o final de 1954 e início de 1955. O último grupo da tabela, que chegou em abril de 1955, ficou alojado por três semanas em uma escola, depois do qual, foi transferido para Monte Alegre.

Quadro 2: Imigrantes japoneses introduzidos em Fordlândia e Belterra entre 1954 a 1955

ANO DA CHEGADA	FORDLÂNDIA		BELTERRA	
	FAMÍLIA	PESSOA	FAMÍLIA	PESSOA
Dezembro/1954	6	27		
25/01/1955			61	390
06/04/1955	16	105	39	253
TOTAL	22	132	100	643

Fonte: ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNIA NIPO-BRASILEIRA, Belém, 1999, p. 171

Em 13 de abril, essas famílias chegaram a Fordlândia e Belterra e juntaram-se com as que já se encontravam no local, desde dezembro de 1954. Passadas três semanas de intenso debate e polêmica, decidiram pela redistribuição de todas elas nas colônias já existentes na Amazônia, ficando as 55 famílias que tinham acabado de chegar, com destino a Monte Alegre.

No quadro 3, pode-se verificar as colônias para as quais os imigrantes de Fordlândia e Belterra foram remanejados. Nele está indicado o nome da colônia, sua localização nos estados, o número de famílias e de pessoas.

Quadro 3: Remanejamento de imigrantes de Fordlândia e Belterra – maio de 1955

Colônia	Estado	Número de famílias	Número de pessoas
Dois Galhos	Pará-Monte Alegre	55	385
Arredores de Belém	Pará	21	127
Mazagão	Amapá	15	101
Taiano	Roraima	12	71
Santarém	Pará	7	43
Alenquer	Pará	5	36
Tomé-Açu	Pará	4	26
Fazenda Ipeçaba	Amazonas	3	23
Total		122	812

Fonte: ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNIA NIPO-BRASILEIRA, Belém, 1999, p.171

Historicamente, em novembro de 1926, o empresário norte-americano Henry Ford, realizou um enorme investimento no município de Santarém, no oeste do Estado do Pará. Fundou duas fazendas denominadas Fordlândia e Belterra, cultivando nessas locais seringueiras, cerca de 1.600.000 e 2.4000.000 pés, respectivamente. Em 1946, em virtude de motivos relacionados com a doença de fungos, ele desistiu do empreendimento e vendeu-as por um preço simbólico para o governo brasileiro. Desde então, a administração das referidas fazendas ficou a cargo do Instituto de Pesquisa Agrária do Norte (atual Embrapa), autarquia subordinada ao ministério da Agricultura. Em 1954, a Companhia de Desenvolvimento Econômico da Amazônia, empresa que trazia imigrantes japoneses para a Amazônia nesta época, estabeleceu acordo com o Instituto de Pesquisa Agrária do Norte com o objetivo de introduzir os imigrantes japoneses em tais fazendas como trabalhadores assalariados, mediante assinatura de um contrato de cinco anos. Segundo versão dos memorialistas, a retaliação foi a principal motivação do episódio de abril de 1955, em Fordlândia e em Belterra.

De acordo com os depoimentos, o ministro tomou essa medida drástica em expulsar os imigrantes das antigas fazendas do Henry Ford, sustentado no argumento de que a defesa do trabalho de trabalhadores nacionais do local, ameaçado pela presença estrangeira, era a missão do Estado.

Nos primeiros dias de abril de 1955, Belterra foi cenário de um crime passional: Massuo Tsukushima praticou fratricídio ceifando a vida de seu irmão mais velho. Contam que os irmãos mantinham relações tensas desde suas partidas do Japão, fato motivado pelo casamento do falecido, o qual se casara com a namorada do irmão por determinação de seus pais. Era costume entre os japoneses, em conformidade com o

código moral do seu povo, como bem demonstrou Ruth Benedict, os filhos obedeceram ao desejo de seus pais. Certamente, o trágico episódio ensejou forte influência para o desencadeamento do movimento contra os japoneses em Belterra, uma vez que, em termos de temporalidade, essa manifestação estourara dias após o trágico episódio de Belterra. Nesse sentido, há fortes indícios de que a decisão do ministro da Agricultura não tenha passado de arbitramento a favor dos nacionais como forma de apaziguamento de tensões sociais que havia se instaurado naquele ponto da fronteira do oeste paraense.

O conflito social que havia posto em campos opostos aos nacionais e estrangeiros, foi resultado do afloramento do sentimento de descontentamento latente dos trabalhadores nacionais, que, certamente, viam na presença dos imigrantes japoneses, uma ameaça à preservação do trabalho da qual o seu bem estar e a sobrevivência dependiam. É nessa perspectiva que se arisca em sustentar a idéia de que o trágico episódio de Belterra, que envolveu irmãos, ensejou a manifestação dos brasileiros da localidade contra os japoneses, contribuindo desse modo com que a sina de 785 imigrantes, entre homens, mulheres, crianças e velhos, tivessem tomado outros rumos não planejado, como de 810 pessoas de 55 famílias que foram para a Colônia de Dois Galhos em Monte Alegre.

Com isso, para que as condições infra-estruturais estivessem prontas no local da colonização, na chegada dos imigrantes, em cada local selecionado para a colonização era destacada uma pessoa que os imigrantes conheciam como *Sekinhinsha*. Este, que era o primeiro a chegar ao local, estabelecia um escritório, fiscalizava a obra de infra-estrutura, recepcionava e orientava os imigrantes. Os chamados *Sekininsha* que foram mobilizados para responderem em nome do agenciador da imigração e prestar assistência logística aos colonos, era constituído de imigrantes que haviam chegado nos anos trinta. Em Monte Alegre, o *Sekininsha* foi Kouji Ueno que vivia no município desde 1931. Em 1953, durante a execução da obra de infra-estrutura na Colônia Açaizal, Umekichi Ishiguro veio transferido do município de Óbidos como seu auxiliar. Kumekichi Ishiguro foi um dos Kotakuseis¹ que havia migrado em 1934 para a Colônia Vila Amazônia do município de Parintins, no Estado do Amazonas. Colônia instituída pelo Instituto de Pesquisa de Produção da Amazônia e durante a Segunda Guerra

¹ Alunos da Escola Superior de Colonização Kotakukan de Tokyo que colonizaram a Colônia Vila Amazônia do município de Parintins no Estado de Amazonas na década de 1930.

Mundial, transferiu-se para o município de Óbidos onde desenvolvia atividade de comercialização da fibra de juta.

A colonização exigia uma série de providências. Entre as quais, depois de definido o local do assentamento, estava a preparação da infra-estrutura para receber os imigrantes. No final da década de vinte, quando pela primeira vez houve iniciativa de colonização japonesa na Amazônia patrocinada pela empresa de capital japonesa, grande soma de recursos era reservado para a obra de infra-estrutura. Na Colônia de Tomé-Açú, no Acará, por exemplo, cerca de 1.000 trabalhadores nacionais foram contratados para execução dessa obra. De fevereiro a agosto de 1929, supervisionadas pelos engenheiros japoneses, várias construções como escritório, hospital, escola, armazéns, usina de beneficiamento de arroz, serraria, três alojamentos para imigrantes, entre outras edificações, foram erguidas além de estradas e ponte de desembarque sobre o rio Acará Pequeno. Nos lotes de assentamento de imigrantes colonos, parte da floresta também foi derrubada e queimada. Os imigrantes da década de 1950 não tiveram toda essa infra-estrutura ao seu dispor, apenas o mínimo necessário. Em Monte Alegre, por exemplo, para recepcionar os colonos, foram tomadas basicamente quatro providências: a abertura da estrada, demarcação dos lotes, derrubada de uma parte da mata dos lotes e construção do alojamento provisório.

Esse alojamento era situado quatro quilômetros da estrada principal, nas margens do igarapé Mulata, no início da Colônia Açaizal e o alojamento provisório era um barracão com cinco subdivisões, com mais ou menos três metros quadrados cada e era construído com material retirado da mata, com armação de madeira, laterais revestidos de palmas trançadas, coberta com o mesmo material e chão de terra batido. Possuía uma única porta de entrada pela frente, sem janela, com uma abertura nos fundos que dava para uma área coberta sem revestimento que servia como cozinha. Cada um dos compartimentos em que o barracão estava dividido, era destinado a uma família de colono, que ficava ali alojada até que seu lote ficasse preparado minimamente para poder se mudar. Mas a construção da casa e a escavação de poço era de responsabilidade do imigrante colono. Em termos de quantidade, foram construídos sete barracões como o descrito acima, os quais, de 1953 a 1955, foram utilizados pelos imigrantes que chegaram em quatro grupos nesse período. No diário de 1955, sobre esse alojamento provisório, Fumiko Ishizu escreveu no seu diário o seguinte:

Quando chegamos, as famílias foram alojados no alojamento provisório de Açaizal, uma vila de casas construídas com folhas de palmeiras. Como parede que separava com o vizinho também era de folha de palmeira, podia ver e ouvir o que se passava do outro lado. Como precisávamos providenciar o local para dormir, fomos à mata, cortamos a madeira, construímos um assoalho em uma parte, então ela ficou de uma forma que parecia com o quarto. Como no fundo tinha um igarapé, dela retiramos a argila, e usando este material e pedras construímos o *kamado* [fogão de lenha] para cozinhar (ISHIZU, 1955, p. 73, tradução nossa)

Em 1953, quando chegou o primeiro grupo de imigrantes em Monte Alegre, a responsabilidade pelas obras de infra-estrutura estava sob o encargo da Colônia Agrícola Nacional do Pará (CANP), que deveria contratar trabalhadores para executarem o trabalho na Colônia Açaizal. Contudo, como a execução das obras se processava lentamente, o trabalho estava inacabado quando os imigrantes chegaram. O alojamento provisório, por exemplo, foi concluído apenas na véspera, dois dias antes. Assim sendo, em mutirão, os imigrantes concluíram o trabalho da derrubada da floresta e um mês depois de terem chegado, finalmente conseguiram deixar o alojamento provisório para se acomodarem em seus respectivos lotes.

A Colônia Dois Galhos ficava situada em uma parte onde não tinha via de acesso, pois a estrada encerrava-se em Mulata, antiga colônia da Companhia Nipônica de Plantações do Brasil S/A. Assim sendo, os imigrantes de 1955, trabalhando em mutirão, abriram uma estrada de quase vinte quilômetros desse ponto para que pudessem se fixar em sua colônia. O trabalho de derrubada da mata para a abertura da estrada, divisão dos lotes, derrubada da floresta nos gleba e construção de moradia, levou cerca de sete meses, de maio a novembro. Quando esse trabalho estava concluído e os lotes em condições de moradia, abandonaram em definitivo o alojamento provisório de Açaizal. Dessa maneira, além dos barracões de cinco divisórias onde os imigrantes ficavam alojados, o local também era provido de um escritório no qual os funcionários da agência de imigração coordenavam os trabalhos, por uma escola e um barracão grande, o refeitório. A alimentação nos primeiros oito dias era fornecido pela CANP, nesse refeitório. Como a base do cardápio era carne, houve rejeições por parte dos imigrantes. Nesse sentido, segundo Francisco Lourenço, funcionário da CANP, em termos de alimentação, “o mais difícil foi a gente se adaptar aos costumes deles”. No

fundo, a rejeição da carne como principal alimento havia relação com a religiosidade e cultura daquele povo.

Desde muito tempo os sacerdotes xintoístas disseminaram a idéia da impureza relacionada ao cadáver. De acordo com essa crença, aqueles que lidavam com cadáveres eram considerados impuros. Desse modo, as pessoas que possuíam ocupações que lidavam com corpo morto, como trabalhadores do matadouro e coveiro, por exemplo, eram discriminados. Essas pessoas eram consideradas *não humanos* por lidar com cadáveres, ficando, com isso proscritas. Nessas condições eram impedidas de conviverem com os demais, moravam em pequenas aldeolas chamadas *Buraku* nas bordas das cidades, daí *Burakumin*, categoria com que esse povo é identificado. A repulsão dos imigrantes ao alimento que tem a carne como base, fundamenta-se nessa crença bastante antiga. Pois, de acordo com essa mentalidade, aqueles que se alimentavam de carne de cadáver tornar-se-iam impuros, perdendo a natureza humana, aproximando-se ao animal como os *Burakumins*, segundo suas crenças. Daí, ao rejeitarem o alimento fornecido pela CANP, segundo Francisco Lourenço, “eles comiam de tudo, peixe cru, qualquer coisa do mato, lagartas da madeira etc”. Este “qualquer coisa do mato” que os imigrantes teriam comido conforme o observador de origem cearense, parece estar muito longe de qualquer tipo de preconceito. Pois segundo Kyoko Eto, imigrante que ingressou na colônia Guamá, no Distrito de Caraparú/PA (1957), no início da colonização, também alimentou-se de um determinado tipo de “capim”,² erva daninha semelhante ao espinafre. Esse mesmo tipo de comentário, o autor também guardou na memória a respeito do que se dizia de terem se alimentado de capim. Recordações que retornaram durante a pesquisa e que resultaram neste trabalho, quando os seus entrevistados referiam-se sobre as experiências como as do início da colonização. Em São Paulo, os imigrantes do Kasato Maru (1908) também tiveram semelhante experiência. Além de experimentarem diversos tipos de “capim” como alimento, tomaram folhas de café feito chá. Portanto, “comer capim”, parece ter sido uma experiência compartilhada entre os imigrantes japoneses no início da colonização.

² Designação comum a várias espécies da família das gramíneas e ciperáceas, quase todas usadas como forragem.

Os imigrantes que residiam na colônia designavam o seu núcleo habitacional como *Mura*,³ categoria que em japonês significa povoado.⁴ Em termos de agrupamento de famílias, em Monte Alegre, esse “*mura*” era formado por três unidades, espécie de “*tonari gumi*”⁵, existente no Japão desde os tempos de Tokugawa (1185-1863). No Japão de Tokugawa, “*tonari gumi*” eram pequenas unidades de cinco a dez famílias que existiam nas unidades de cidades, aldeias e vilarejos. Em Monte Alegre, os três núcleos de povoações em que se dividia a colônia possuía uma certa correspondência com aldeolas do tipo “*tonari gumi*”. Contudo, em termos de número de casas, esses núcleos de Monte Alegre não tinham semelhança com “*tonari gumi*”, haja vista que reuniam mais de quinze casas. Entretanto, parece não restar dúvida que em termos de organização política e administrativa da colônia, os imigrantes tiveram, como paradigma, o modelo japonês de povoação quando estruturaram o seu núcleo colonial. Evidentemente, adaptados às condições do meio e às circunstâncias em que foram implantados.

Tudo indica que a experiência dos imigrantes em organizarem o seu núcleo de colônia tendo como referencial “*mura*”, não era isolada. Assim, Tsuguio Shindo encontrou em São Paulo experiência semelhante, na década de vinte e muitos imigrantes do Kasato Maru, depois de terem concluído o contrato de trabalho com os cafeicultores, coletivamente, adquiriram terras no sertão paulista, organizando nelas “*mura shakai*” (sociedade de mura). Internamente, a de organização política e administrativa da colônia era semelhante ao do *mura* que Ruth Benedict encontrou no Japão, na primeira metade

³ *Buraku* significa aldeia, mas devido forte preconceito que a categoria carrega na tradição cultural do Japão, em virtude do Burakumins, parias japonesas, muitos preferem a expressão “*mura*” do que “*Buraku*” que possui o mesmo significado.

⁴ No Japão Burakus são unidades de povoados que fica logo abaixo de Vilarejos. Ele não faz parte da unidade do governo. E, diferentemente de vilarejos que possuem repartições públicas e um chefe escolhido pelos mais velhos eleitos para este fim, nos Burakus não existe tais repartições, apesar de terem chefes que se revezam anualmente. Ver características e diferenciação entre Burakus e Vilarejos no Japão da primeira metade do século XX feita por Benedict. Ruth Benedict, *O crisântemo e a espada*, São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 75.

⁵ No Japão “*tonari gumi*” eram minúsculas unidades de cinco a dez famílias e constituíam as mínimas unidades de responsabilidade política da população. O chefe deste grupo de familiares vizinho assumia a liderança dos negócios, era responsável pela sua boa conduta, tinha obrigação de fornecer relatórios de quaisquer atos duvidosos e entregar ao governo indivíduos procurados. Com a Reforma Meiji (1863) havia sido abolido, mas mais tarde foi novamente restituído. Por muito tempo elas existiram nas cidades, aldeias e nos vilarejos, mas no processo da aproximação do seu sistema de organização social ao modelo de sociedade praticado no ocidente, lentamente elas foram deixando de existir. Ver sobre “*tonari gumi*” no Ruth Benedict, *O crisântemo e a espada*, São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 74.

do século XX: havia um chefe eleito chamado “kacho”, que significa chefe da aldeia; o “kachokaigi”, que era uma espécie de assembléia dos anciões, reunião em que se encontravam o chefe do povoado e o chefe das famílias que formavam o grupo de conselheiros e a eleição do “kacho” da comunidade era feita nessa kachokaigi e ele exercia o mandato de um ano. Desse modo, eles revezavam anualmente essa função. Aqui, como no Japão, eles cuidavam dos bens do povoado, controlando o auxílio concedido às famílias em caso de morte, escolhiam os dias apropriados para o trabalho cooperativo na construção de casas ou para o conserto de estradas, e anunciavam as festividades locais. Eles não se intrometiam nos assuntos domésticos das famílias. Atuavam no setor de interesse comunitário, vigiando e regulando o seu funcionamento tendo como referência os costumes e preceitos normativos estabelecidos pela tradição ou pelo código de postura elaborada pelo grupo. No caso particular de Monte Alegre, o “kacho” e seus conselheiros formados pelos chefes de famílias discutiam problemas afeitos a questões econômicas, como as opções das culturas agrícolas.

A estrada era o tema que sempre esteve na pauta e discutida exaustivamente, marcando-se de tempo em tempo os trabalhos cooperativos para o conserto da estrada que se tornava intrafegável nas épocas de grandes águas. A importância da estrada era enorme para os moradores do povoado. A região da colônia não era dotada de rios navegáveis e em termos de curso d’água, o igarapé da Mulata que passava por dentro do povoado era o único, mas impróprio para a navegação por ser um igarapé-mirin. Desse modo, a estrada era a única via de comunicação com a sede do município. Por ela, escoavam-se produtos agrícolas da colônia e, em contramão, vinham gêneros de consumo que eram adquiridos na cidade de Monte Alegre.

A sede da colônia estava em Dois Galhos. No quilômetro 50 da mesma, existia o que eles denominavam de Kaikan,⁶ espécie de Paço. Nela, encontrava-se edificado um barracão, uma escola e um templo xintoísta. Um campo para a prática de esporte e gincana também fazia parte desse complexo arquitetônico do Kaikan. O barracão era uma construção com capacidade para mais de mil pessoas. Sua arquitetura era simples e a madeira foi o material de sua construção. O alicerce era formado de várias estacas de madeira de lei, coberta de cavaco, acha de lenha e o piso era de chão

⁶ Kaikan é uma categoria que possui duplo significado. Ela pode significar o local, com todo conjunto arquitetônico, ou apenas o barracão que é a principal construção do complexo que é formada este local.

batido, sem revestimento lateral, exceto ao fundo da construção onde ficava o palco. Era nele que se realizavam os eventos sociais mais importantes da colônia, como o Festival da Colheita de Pimenta-do-reino, festividade mais importante que era realizado em outubro. A gincana, competição de beisebol, apresentações de teatros e danças populares da cultura japonesa faziam parte da programação desse dia especial. Nela as famílias se reuniam e degustavam iguarias preparadas em suas casas, especialmente para esse momento, enquanto apreciavam apresentações de danças típicas e teatros da cultura de sua origem, mas sem antes agradecer aos deuses xintoístas por mais um ano de boa colheita. Por isso, Kaikan era um importante espaço de sociabilidade daquela comunidade de imigrantes. Por outro lado, este evento que fazia parte da agenda anual, um dos raros, se não único momento de confraternização da comunidade de imigrantes, servia para lembrar, reforçar e preservar a cultura do povo de sua origem, representada simbolicamente na culinária, no idioma, na música, nas danças típicas e roupas das dançarinas, como pode ser visto nas fotos 17 e 18. Deste modo, esta festa da colheita era mais do que momento de confraternização; nela, ao reforçarem alguns símbolos da sua cultura, encontravam-se com a sua identidade. As crianças, mesmo nascidas na colônia, convivendo nesse ambiente, iam construindo a sua identidade a partir desta referência cultural. Por outro lado, trocas simbólicas também se processavam. Algumas palavras do idioma português iam sendo incorporadas em suas falas, produzindo um modo de se falar próprio e híbrido, onde se mistura o japonês com o português. Na culinária, como feijoada e palmito, iam sendo incorporadas. Sobretudo nas roupas estas trocas podem ser vistas, como pode ser vê nas fotos a seguir. Em algumas delas, atrás do palco, pode ser visto cartaz com letreiro em dois idiomas, indicando o motivo do evento, onde em português não padrão se lê: *“Salve!! Dia 27 de outubro de 1962. Nos comemoração de festividade desta colônia Dois-Galhos depois de inaugurada”*. Contudo, para além da fronteira da gramática, as escramações na palavra “salve” denuncia a intenção dos protagonistas, ressaltar a conquista da colônia.



Foto 17: Performance de crianças em dança típica (1962)
Fonte: Acervo do álbum de família do autor



Foto 18: Criança em dança típica (1962)
Fonte: Acervo do álbum de família do autor

Economicamente, apesar da variedade de cultura, como arroz, milho e feijão, além de hortaliças, o fundamento econômico da colônia estava na pimenta-do-reino. Por esse motivo, o Festival da Colheita de Pimenta-do-reino que ocorria em

outubro era a sua festividade mais importante do ano. Inicialmente, o escoamento de produções era realizado através da Companhia Comercial Tsuji de Santarém e as mercadorias eram destinadas para os mercados de Belém e Manaus, e de Santarém.

Com a criação da Cooperativa Agrícola Mista de Monte Alegre, em 17 de fevereiro de 1957, a comercialização de todos os produtos da colônia passaram a ser feitas por essa entidade. Quando ela foi construída, os colonos que faziam parte da cooperativa como sócios, entraram com determinada soma para constituir o capital inicial. Aqueles que não dispunham dessa soma fizeram depósito em mercadoria no valor correspondente. Administrativamente, a cooperativa era formada por uma diretoria estruturada de modo tradicional, hierárquico, eleito em uma assembléia geral dos associados para um mandato de cinco anos. Ela estabeleceu-se com sede na cidade de Monte Alegre, na parte da chamada “cidade baixa”, em um sobrado onde funcionava o escritório, como um armazém e uma casa comercial. Na foto 19, vê-se a sede da Cooperativa Agrícola Mista de Monte Alegre.



Foto 19: Sede da Cooperativa Agrícola Mista de Monte Alegre

Fonte: UENO, Monte Alegre-PA, janeiro de 2005, p.28

O sistema era simples, a cooperativa comprava os produtos dos colonos e comercializava. Pimenta-do-reino, arroz e feijão faziam parte desta mercadoria comercializada. Os colonos, por seu turno, adquiriam da casa comercial da cooperativa os viveres necessários. Como estes não possuíam condução apropriada para transportar por conta própria seus produtos; periodicamente, a cooperativa enviava o seu caminhão do tipo pau-de-arara, com o qual os produtos eram transportados da colônia para a sede da entidade.

Não era apenas da produção de arroz, milho e pimenta-do-reino, entre outros, que os colonos sobreviviam. Ao lado dessas atividades que constituíam em principais fontes de renda, cada família desenvolvia na sua unidade de produção uma economia de subsistência. Cultivavam hortaliças, plantavam árvores frutíferas e cítricas. Criavam aves como galinha e patos, além de porco e cabra, como fonte de importante suprimento alimentar no cotidiano, como ovos, leite de cabra, banha de porco e carne.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões: entre a história e a memória*. Bauru-SP: EDUSC, 2000.
- ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNIA NIPO-BRASILEIRA. *70 Anos da Imigração Japonesa na Amazônia*. Belém, 1999.
- BENEDICT, Ruth. *O Crisântemo e a Espada: padrões da cultura japonesa*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- BORGES, Ricardo. *Os Japoneses e a Colonização da Amazônia*. In: *Vivência Amazônica*. Belém: CEJUP, pp. 452-453.
- CASTRO, Fernando Moreira de. *Cinquenta Anos da Imigração Japonesa na Amazônia*. Belém: Falangola Offset, 1979.
- CRUZ, Ernesto. *Colonização do Pará*. Belém: Conselho Nacional de Pesquisas / Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, 1958.
- DEAN, Warren. *A Luta Pela Borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. São Paulo: Livraria Nobre, 1989.
- ISHIZU, Fumiko. *Diário: Furikaeri mireba nagai michi. Ananindeua: 1945-2005*. (manuscrito em japonês).
- KOTAKUKAI DO PARÁ. *História de colonização da Amazônia pelos estudantes e pessoas relacionadas a Escola Superior de Colonização do Japão*. Manaus, 1989.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MUNIZ, João de Palma. *Colonização e Imigração no Estado do Grã-Pará 1616-1916*. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1916.

OHASHI, Paulo Toshio. *Cruzeiro do sul cintila no céu com luz da verdade: recordação de um lavrador aos 70 anos na vida do campo na Amazônia – narração de vida de si próprio*. Belém, 2003.

PARÁ. *Lei 2.746 de 13 de novembro de 1928 que autoriza o governo do Estado a contratar com Hachiro Fukuhara, empresa ou companhia que venha a organizar, a instalação e exploração de núcleos agrícolas em terras devolutas do Estado do Pará*. Leis do Estado do Pará do ano de 1928, Pará-Brasil, pp. 82-88. Belém/Arquivo Público do Pará, 2005.

PARÁ. SPVEA – Superintendência do Planejamento de Valorização Econômica da Amazônia. *Política de Desenvolvimento da Amazônia. Vol. II, SPVA 1954/1960*. Belém, 1960.

PINTO, Elias Jr. *Sessenta Anos de Presença Japonesa na Amazônia*. *Revista Amazônia Hoje*, Belém, v.1, n.11, nov. 1989. p.22-27.

SANTOS, Claudionor da Rocha et al. *A colonização Japonesa em Monte Alegre*. 1993. Dissertação (graduação em História) – Campus Universitário de Santarém, Universidade Federal do Pará. Santarém, 1993.

SCHWARCZ, Lílían Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930*. São Paulo: Companhia Das Letras, 2004.

SHINDO, Tsuguio. *Brasil e Japão: Os 100 anos de Tratado de Amizade*. São Paulo: Associação Cultural Recreativa Akita Kenjin do Brasil, 1999.

SHINDO, Tsuguio. *Passos da Imigração Japonesa no Brasil*. São Paulo: Associação Cultural Recreativa Akita Kenjin do Brasil, 2002.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA. *Uma Epopéia Moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1992.

TOMÉ-AÇÚ – BEM VINDO AO BEÇO DA IMIGRAÇÃO NA AMAZÔNIA. Tomé-Açú: Associação Cultural de Tomé-Açú - ACTA, 2004.

THOMSON, Alistair. “Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias”. *Projeto História*, nº 15 (abril 1997), pp. 51-84.

TSUNODA, Fusako. *Canção da Amazônia: uma saga na selva*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

TSUTSUMI, Gota. *Alvorada da imigração japonesa na Amazônia – seguindo as pegadas da Missão Fukuhara*. In: Livro de 20 anos da Câmara de Comércio e Indústria Nipo-Brasileira do Pará. Belém: Alves Gráfica e Editora, 2006, pp. 196-207.

UENO, Kouji. *História de minha vida: um imigrante japonês*. Monte Alegre, 2005.
UENO, Kouji. *Jibun Shi*. Monte Alegre, 2002.